



ESTADOS UNIDOS

Justiça bloqueia desmonte da Usaid

Liminar concedida por juiz de Washington impede temporariamente que 2,2 mil funcionários da agência de ajuda humanitária sejam colocados em licença administrativa. Trump voltou a pedir o fechamento do órgão

Uma decisão da Justiça de Washington impediu, ontem, que o governo de Donald Trump avançasse na paralisação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), responsável por 40% de toda a ajuda humanitária aplicada no mundo. O juiz distrital Carl Nichols determinou o bloqueio temporário das medidas de paralisação do órgão, impedindo que cerca de 2,2 mil funcionários fossem colocados em licença administrativa.

A liminar, que o próprio juiz admitiu ser limitada, também suspende a realocação de trabalhadores humanitários alocados fora dos EUA. A decisão de Nichols foi tomada na análise de recursos interpostos por dois sindicatos que representam a categoria.

De manhã, Donald Trump havia, mais uma vez, pedido o fim da agência, que atua em mais de 120 países e é a maior distribuidora de ajuda global. "A CORRUPÇÃO ESTÁ EM NÍVEIS RARAMENTE VISTOS. FECEM-NA!", publicou o líder republicano em sua rede social, a Truth Social, sem apresentar provas.

"Sim, senhor presidente!", respondeu o bilionário Elon Musk. O homem mais rico do mundo está à frente do departamento do governo de Donald Trump para reduzir gastos de Estado, o Doge, na sigla em inglês. Para Musk, a Usaid é um "ninho de víboras de marxistas da esquerda radical que odeiam os Estados Unidos". Já Trump acredita que a agência é dirigida por "radicais loucos de esquerda".

Horas depois da postagem de Trump, os letreiros da Usaid foram removidos da sede do órgão, em Washington. O afastamento dos funcionários valeria a partir da meia-noite de ontem. O chefe da Casa Branca havia ordenado que

milhares de funcionários da agência retornassem para os Estados Unidos e congelou a ajuda externa.

Pelo projeto de Musk, 97% dos funcionários devem ser demitidos, passando de 10 mil para menos de 300, segundo o *The New York Times*.

Os Estados Unidos destinam atualmente cerca de US\$ 58 bilhões (R\$ 334 bilhões) à ajuda internacional, o que o torna o maior doador do mundo. No entanto, isso equivale a entre 0,7% e 1,4% do gasto total do governo, segundo o Pew Research Center.

"Essa dissolução de fato constitui um dos piores e mais caros erros de política externa da história americana", ressaltou a diplomata Samantha Power, embaixadora dos EUA na ONU durante a gestão Barack Obama (2013-2017). "Ameaça milhões de vidas e milhares de empregos nos Estados Unidos, e compromete seriamente nossa segurança nacional e influência no mundo", insistiu Power, que esteve à frente da agência durante o mandato do ex-presidente democrata Joe Biden.

No retorno à Casa Branca, Trump vem tomando uma série de decisões radicais para reduzir a máquina pública e cortar gastos. Algumas delas foram impugnadas por tribunais ou suspensas.

TPI

Em Haia, na Holanda, a presidente do Tribunal Penal Internacional (TPI), Tomoko Akane, reagiu às sanções impostas por Trump, na véspera, contra integrantes da corte. Akane classificou as medidas como "ataques graves" contra os Estados-membros e a ordem internacional. A atitude de Trump foi uma represália a decisões tomadas contra Israel. Setenta e nove países-membros do TPI, entre eles o Brasil, repudiaram a ação do norte-americano.

AFF



O chefe da Casa Branca vem tomando uma série de decisões para reduzir a máquina pública

» Volta ao plástico

Cético em relação às mudanças climáticas, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou, ontem, que vai expedir um decreto contra os canudos de papel ecológicos, promovidos por seu antecessor, o democrata Joe Biden. "VOLTA AO PLÁSTICO", escreveu o chefe da Casa Branca, em sua plataforma Truth Social. Biden pretendia eliminar, na medida do possível, o uso de utensílios plásticos descartáveis em departamentos e órgãos federais até 2035. Copos, talheres e canudos descartáveis são muito usados pelos norte-americanos, grandes consumidores de refeições para levar ou entregues em casa. O canudo não reciclável se tornou um dos principais símbolos mundiais da poluição por plástico, especialmente nos oceanos.

Ameaça ao Canadá "é real", diz Trudeau

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pode estar "falando sério" sobre a anexação do Canadá, devido ao seu interesse em controlar os recursos naturais do país. O alerta foi feito, ontem, pelo primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, em uma reunião a portas fechadas durante uma cúpula econômica organizada por seu escritório em Toronto. O premiê assinalou que a soberania de seu país é inegociável.

"Sugiro que a administração Trump não só sabe quantos minerais críticos temos, mas que essa

pode ser a razão pela qual continuam falando em nos absorver e nos transformar no estado número 51" dos Estados Unidos.

"Estão muito cientes dos nossos recursos, do que temos e queremos poder se beneficiar deles", assinalou. "Trump tem em mente que uma das maneiras mais fáceis de fazer isso é absorvendo o nosso país. E isso é algo real", insistiu.

Os comentários, feitos depois que a imprensa saiu da sala, foram reproduzidos por um alto-falante e ouvidos pelo Toronto Star e pela emissora pública CBC.

Quando perguntado sobre os comentários de Trudeau à margem da cúpula, e se Ottawa se preocupa com a ameaça de Trump, o ministro da Indústria, François-Philippe Champagne, disse à agência de notícias France Presse (AFP) que "ninguém pode questionar a soberania do Canadá".

"Nossos amigos norte-americanos entendem que precisam do Canadá para sua segurança econômica, precisamos do Canadá para sua segurança energética e precisamos do Canadá para sua segurança nacional", elencou. Por sua

vez, a ministra do Comércio, Anita Anand, disse que o país vai resistir a qualquer expansionismo dos Estados Unidos.

Justin Trudeau convocou o encontro com líderes empresariais e trabalhistas para coordenar uma resposta à ameaça iminente de Trump de impor tarifas de 25% sobre todas as importações vindas do Canadá, uma sanção que poderia paralisar a economia do país. As tarifas entrariam em vigor na última terça-feira, mas foram adiadas por 30 dias para a continuidade das negociações.

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Qual será a próxima tacada?

Qualquer dúvida que restasse sobre a conduta de Donald Trump no retorno à Casa Branca se desfez com a ideia de transformar a Faixa de Gaza no "empreendimento imobiliário mais espetacular do mundo" — depois que a população palestina tenha sido retirada do território. Em uma das declarações que fez sobre o projeto, o presidente dos EUA referiu-se à remoção dos civis com o verbo "limpar".

Depois de acenos reiterados à anexação da Groenlândia e à retomada do Canal do Panamá, assim como à incorporação do Canadá, o plano para assumir o controle de Gaza confirma algumas das principais marcas do primeiro mandato. Trump volta ainda mais imprevisível. E continua administrando o país da maneira como aprendeu a abordar os interesses de seu império imobiliário: com agressividade máxima.

Vale ouro

O projeto para transformar as ruínas de Gaza em uma versão da Riviera Francesa em pleno Oriente Médio

foi anunciado na Casa Branca, diante do primeiro-ministro de Israel. E o próprio Benjamin Netanyahu pareceu surpreso. O anfitrião afirmou que o aliado estratégico "entregará" aos EUA o controle do território "ao final da guerra". Certamente, foram surpreendidos assessores de alto escalão, próximos ao presidente.

Tendo ou não conhecimento prévio, o governo israelense já instruiu o comando militar a preparar um plano para viabilizar "a saída voluntária" dos palestinos de Gaza para países vizinhos "que aceitem alojá-los". Tivesse ou não alguma pista sobre os planos do aliado, Netanyahu foi a Washington levando na bagagem um presente para Trump, de valor simbólico e também material: uma réplica coberta de ouro dos paggers que Israel transformou em bombas para executar altos comandantes do movimento xiita libanês Hezbollah.

Discurso calibrado

Do repúdio frontal às reservas cautelosas, muitas vezes com doses de estupor e alguma incredulidade, as reações mundo

afora começam a dar pistas sobre o rumo que o novo governo Trump poderá imprimir às relações internacionais.

Egito e Jordânia, mencionados como possíveis destinos para o "reassentamento" dos moradores de Gaza, rejeitaram e condenaram de bate-pronto a ideia. Aliados europeus, como Reino Unido e França, evitaram tomar posição mais concreta, e preferiram lembrar que o Direito Internacional condena a remoção forçada de populações.

O governo brasileiro dá sinais de que procura calibrar o discurso na interação com uma potência mundial com incidência incontornável no ambiente imediato. O presidente Lula reafirmou o reconhecimento de Gaza como parte de um Estado palestino soberano, e insistiu na necessidade de que ele seja estabelecido. Quanto a Trump, disse respeitar seu mandato, mas observou: "Ele foi eleito para governar os EUA, não para mandar no mundo".

Ponte aérea

A nova coreografia para as relações entre EUA e Brasil vai sendo

ensaiada no delicado processo da deportação em massa dos imigrantes em situação irregular. Um teste prático foi a partida de mais um grupo, ontem, desta vez em avião da FAB. O embarque foi acompanhado nos EUA por um diplomata brasileiro. Os procedimentos seguiram roteiro definido por um grupo de trabalho bilateral criado em resposta aos protestos formais contra a chegada dos primeiros brasileiros ao país, alge-mados e acorrentados.

Ao contrário de Colômbia e México, que inicialmente se recusaram a receber os deportados nas condições fixadas por Washington, o Brasil cobrou publicamente o respeito aos direitos humanos dos cidadãos, mas negociou termos para as deportações pela via discreta própria da diplomacia profissional. Planalto e Itamaraty têm consciência de que as operações de repatriação tendem a se repetir por algum período.

Cravo e ferradura

As incógnitas que cercam a abordagem a ser adotada pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado na América Latina ficaram expostas nas primeiras semanas do novo governo. Trump reconhece como

presidente legítimo da Venezuela o candidato opositorista Edmundo González, e não Nicolás Maduro, reempossado em janeiro. Mas enviou um emissário a Caracas para negociar um acordo pelo qual o governo chavista aceitou receber os deportados e libertou seis norte-americanos presos sob a acusação de tramocar o assassinato de Maduro.

Como compensação, o secretário de Estado, Marco Rubio, entusiasta da ideia de remover o presidente venezuelano — pela força, se preciso —, pôde exercer sua política linhadura no Panamá. Na primeira escala de sua viagem inaugural no cargo, Rubio arrancou do governo local a declaração formal de retirada da Iniciativa Cinturão e Rota, programa pelo qual a China procura reeditar a milenar Rota da Seda e estender suas esferas de influência.

O pacote discutido pelo secretário de Estado inclui ainda um compromisso segundo o qual não será renovado o contrato pelo qual uma empresa chinesa opera setores do Canal do Panamá, que Trump ameaça reencampar. O governo panamenho desmentiu, no entanto, a isenção de tarifas para navios americanos que cruzem a estratégica via que liga os oceanos Atlântico e Pacífico.